



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

**PRESIDENTE: GOULART**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo  
DATA: 28 DE NOVEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Exibição de imagens

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – Eu, Vereadora Sandra Tadeu, declaro abertos os trabalhos da 11ª audiência pública que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza no ano de 2013, tendo por objetivo expor e debater o segundo projeto de lei em primeira audiência pública, o PL 751/2013, de autoria do Vereador José Américo, que dispõe sobre a instalação de Estação Rádio Base-ERB, no município de São Paulo e dá outras providências.

Esta audiência foi publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* e em dois jornais de grande circulação.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios On-Line.

Foram convidados os Srs.: Secretário Municipal de Licenciamento; Secretário Municipal de Negócios Jurídicos; Secretário Municipal de Habitação; Secretários do Governo Municipal; Secretário Municipal das Subprefeituras; Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Recreação; a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão e a Promotoria de Habitação.

Convido para compor a Mesa os Srs: Eduardo Levy C. Moreira, do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal - SindiTeleBrasil; Luiz Roque, chefe de gabinete do Vereador José Américo; os técnicos Maria Lúcia Tanabe, Secretária Municipal de Licenciamento; Laércio Vezzu França, da Secretaria Municipal de Licenciamento; Robinson Sakayama Barreirinhas, Secretário-Adjunto dos Negócios Jurídicos.

Anuncio também os representantes do SindTeleBrasil Claro, Vivo Telefônica, Nextel e Embratel.

Passarei a palavra ao Sr. Eduardo Levy C. Moreira, que fará uma apresentação. As inscrições estão abertas para quem quiser fazer alguma pergunta sobre o projeto. No final, atenderemos as perguntas.

Tem a palavra o Sr. Eduardo Levy C. Moreira.

**O SR. EDUARDO LEVY C. MOREIRA** – Bom dia a todos. É uma honra muito grande falar sobre um assunto que entendemos ser de tamanha importância para toda a sociedade, em particular para a cidade de São Paulo.

- O orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

**O SR. EDUARDO LEVY C. MOREIRA** – A cidade de São Paulo é um emblema no País, de uma importância capital. Durante a apresentação farei alguns comentários, inclusive contratamos através da Fundação CPqD, que fica em Campinas, um trabalho muito grande fazendo um levantamento e o *benchmark* das grandes cidades emblemáticas do mundo em termos de implantação de telefonia celular, a implantação de Estações Rádio Bases, as ERBs, como a senhora falou.

Levantamos em Sidney, na Austrália; em Barcelona, na Espanha; em Paris, na França; em Londres, na Inglaterra, onde houve os jogos; e em Nova Iorque, cidades que têm questões muito sérias em relação às posturas urbanas, às posturas municipais, às questões arquitetônicas. Ninguém tem dúvida de que uma cidade como Paris tem que ter um cuidado muito grande. E todas essas cidades têm proporcionalmente muito, mas muito mais antenas do que nós.

Então, temos que encontrar de forma inteligente, de forma sábia, condições de prestarmos à sociedade, em particular à cidade de São Paulo, um serviço de qualidade que merece, respeitando as posturas municipais, assim como esses países e essas cidades efetivamente fazem.

Para isso também concluímos um trabalho como se fosse uma autorregulação por parte do setor de telecom. Está aqui um trabalho aprovado por todas as empresas presentes sobre as melhores práticas para a implantação de Estação Rádio Base. São todos os nossos procedimentos a serem seguidos de tal forma que possamos respeitar as cidades, a população que ali reside, dando-lhes o respeito devido na qualidade do serviço que somos obrigados e queremos prestar.

A questão toda viria porque o crescimento do nosso setor de telecomunicações está muito forte. Temos um crescimento, que os senhores observaram, o último item que está em 50%, é a banda larga móvel. Todo mundo que tem um aparelho chamado *smartphone* poderá acessar a internet, postar fotos, etc.

Vamos mostrar, com esse crescimento, a necessidade que temos de infraestrutura. A infraestrutura e o ar que o celular respira chama-se antena. Temos já hoje 270 milhões de celulares, um conjunto de *chips* que temos. São os *chips* que estão nas máquinas de cartões de crédito; *chips* que estão ligados no computador, os modem pequenos, mas principalmente gostaria de destacar o que está ali anotado como um M2M, que é uma abreviatura do inglês de máquina(M) e o 2(two), Machine 2 Machine.

Então, vamos ter uma explosão no Brasil do uso de máquina máquina que são os automóveis, as geladeiras, todos os eletrodomésticos, as medições a serem feitas pelas empresas de energia elétrica, os medidores vão ser substituídos rapidamente por medidores com *chips*. Com isso, as empresas de energia elétrica passarão a oferecer planos de uso de energia elétrica da mesma forma que oferecemos hoje. Isso dará um crescimento enorme dessa plataforma de celular usando os *chips* em todos os pontos do País.

Temos 122 milhões de acessos em banda larga e o Brasil é um fenômeno do mundo. O Brasil tem ativado, durante o ano de 2013, mais de um novo acesso em banda larga por segundo. A cada segundo mais de um novo acesso de banda larga é ativado no Brasil e aquela pessoa, feliz da vida, passa a postar fotos, a entrar na internet, redes sociais, etc. Já temos para dar cobertura a todo esse serviço, 3.463 municípios com cobertura em banda larga móvel, que é o 3G e os senhores observem que o crescimento do País é tão fantástico e a vontade das pessoas é tão grande por esse serviço que a obrigação que o setor de telecomunicações tinha de cobrir municípios em abril deste ano, 2013, era de 928 municípios e já temos 3.463.

Temos uma demanda por infraestrutura cada vez maior porque as pesquisas mostram que os três produtos que o brasileiro mais quer são produtos que vão usar ou que usam a banda larga e a grande maioria refere-se a banda larga móvel: *smartphone*, *notebook* e o *tablet*. O que acontece com esses aparelhos? Gastam muita rodovia, ocupam muito espaço existente para poder passar suas mensagens. E o espaço existente é dado a eles pela capacidade das Estações Rádio Base. E a capacidade delas é finita. Então, existe um processo - por isso que o celular foi inventado no mundo e é chamado de celular – cria células que têm capacidade finita de tráfego e quando essa capacidade vai se esgotando tem que se fazer ao lado outra célula reduzindo a anterior. O tráfego de dados vai crescer muito, em até dez vezes no período de cinco anos, até 2017.

Como era a rede antigamente? Tenho a felicidade de trabalhar no setor de telecomunicações desde que saí da faculdade em 1976. Em 1990, quando foi lançado o serviço celular no Brasil, eu estava trabalhando numa empresa. Tenho hoje o primeiro celular que foi ativado no Brasil, ainda é meu desde 1990 e lembro das antigas torres, das primeiras que se colocaram no município do Rio de Janeiro e depois posteriormente no resto do Brasil, em São Paulo logo em seguida.

Primeiro, tinha uma área geográfica a ser atendida. Bastava ter uma única antena e essa cobertura era feita porque obviamente o tráfego aqui era muito pequeno. E o que aconteceu com o tempo? Com o tempo, aquela mesma área geográfica passou a ter não só mais gente com aparelhos, mas passou a ter mais tráfego por aparelho. Isso vem crescendo. O que acontece quando adquirimos num leilão da Anatel a possibilidade de prestar o serviço? Nós adquirimos possibilidade de uso durante um período de tempo de alguma coisa no espaço no ar, digamos, desse tamanho. E cada ligação telefônica ocupa um pedacinho desse espaço. Então, todo espaço temos capacidade, digamos, de colocar mil pessoas falando, mas mil pessoas é muito pouco. Como se faz isso? Pega-se toda essa capacidade ou parte dela e coloca numa célula; coloca outra parte na outra célula; uma outra parte numa outra célula e

assim sucessivamente. Quando chega nessa última célula, comparada com essa, já posso usar aqui os mesmos pedaços de frequência que eu estava usando aqui. Então, posso sucessivamente reusar aquilo que adquiri, possibilitando que mais pessoas falem ao telefone. Essas células cada vez serão menores, as antenas serão cada vez mais baixas e cada vez menores.

Trouxe uma antena aqui que será colocada no estádio e já está em todos os estádios em que houve a Copa das Confederações. Por incrível que pareça, isso aqui é uma antena de celular. Não pesa, não tem nada, esta no caso não é à prova d'água, então, fica internamente, está aqui o tampinho dela. Temos antenas de vários tipos, semelhantes a luminárias, etc. Provavelmente, nesse belo salão devemos ter uma cobertura sem fio, *wi-fi*, mas temos câmeras, etc., é menorzinho e pode ficar escondido junto com os outros apetrechos ou dentro dos próprios mobiliários da própria cidade, como placas de trânsito, postes, etc.

Uma cidade já é assim praticamente isso. Temos ali pequenas antenas como esta; temos antenas maiores em cima de prédios; temos antenas em fachadas; temos antenas dentro dos túneis, uma cidade cada vez mais será assim como nós falamos. As antenas cada vez mais observarão a cidade, câmeras o tempo todo monitoram a cidade. Teremos em menos de dez anos, em cada prédio que for construído, assim como é construído hoje já com uma infraestrutura para televisão ou para telefone, pequenas antenas colocadas nos seus andares para dar cobertura de telefonia celular, não tem jeito.

As antenas estão cada vez menores, como mostrei. O impacto visual na cidade está sendo minimizado e as frequências utilizadas são cada vez mais altas. As frequências mais altas têm alcance menor e se têm alcance menor precisamos de mais antenas.

O projeto de implantação de quarta geração no Brasil com a frequência de 2,5 gigahertz, que é uma frequência utilizada em alguns países da Europa, tem exigido da nossa parte a implantação de três a quatro vezes mais antenas. Cada antena, cada local novo que colocamos custa aproximadamente para o setor de telecomunicações de 300 a 400 mil

reais. É uma conta real. Precisamos colocar para atender todo o projeto de quarta geração no Brasil mais de 10 mil antenas nas cidades onde precisamos implantar todo o serviço.

Hoje, encontramos muitas restrições à implantação dessas antenas e elas têm uma lógica do porquê isso ocorreu e ainda existe. As leis são muito antigas. Elas têm uma idade em que existia por parte da população e dos legisladores, que sempre tiveram a preocupação de zelar pelo cidadão nas questões de saúde e ambientais, uma preocupação grande em principio de reduzir o número de antenas ou colocá-las o mais distante uma das outras.

O que isso gera em um projeto de telecomunicações? Quanto mais distantes estiverem as antenas, maior a infraestrutura a colocar nela. Elas terão de ser atendidas por postes ou por torres imensas. Quanto mais distante, pode dar a impressão de que ela causará menos mal à saúde.

Este telefone celular que está comigo e que cada um dos senhores têm, obviamente, eles estão cada dia mais inteligentes. Quanto mais distante eles estiverem de uma antena, mais rápido vai acabar a bateria deles porque eles automaticamente aumentam a sua potência para compensar a distância. Este instrumento é de recepção e transmissão de frequência. Fica no meu ouvido. Se alguém tem receio de que isso possa causar mal à saúde, o que pode causar mais mal é isto aqui e quanto mais distante ele estiver das antenas, mais quente ele fica porque emite potência maior e maior a potência do que ele emite.

Quem estiver preocupado e querendo zelar pela saúde procure atender às especificações, obviamente, da Organização Mundial de Saúde, mas colocar antenas mais próximas. As nossas frequências são muito parecidas com as frequências usadas pela televisão. A televisão utiliza, no Jaraguá, antenas enormes e que para darem cobertura a toda a cidade ou a uma boa parcela da cidade de São Paulo a potência que elas emitem – as frequências parecidas com as nossas – são de milhões de vezes mais potentes do que as emissões de celulares.

A potência emitida por uma antena de *wi-fi* dentro de um quarto de uma criança ou a potência emitida por uma babá eletrônica dentro do quarto são primas das frequências dos celulares. Temos problemas de interferências de babás eletrônicas nos serviços celulares porque nem todas foram certificadas pela Anatel no Brasil e trabalham em frequências próximas às nossas e causam interferência. Portanto, quem coloca babá eletrônica no quarto da criança sabe que isso mal não faz. Então, isto aqui mal não faz.

As leis têm preocupação com a saúde e com a estética e é natural que tenham, mas elas estão cada vez menores e a legislação não faz, em sua grande maioria, nenhuma mudança, mas temos já iniciativas em Brasília, que são muito interessantes, do decreto que foi assinado pelo Governador. Nós temos iniciativas em Curitiba em que foi sancionada a lei pelo Prefeito da Cidade. Há iniciativas na cidade do Rio de Janeiro com o Prefeito Eduardo Paes na orla do Rio de Janeiro na qual o Sr. Prefeito diversas modificações no decreto e vamos esconder todas as antenas na orla junto aos quiosques e em outros lugares.

Estamos trabalhando nisso e por isso a honra de estar aqui em um assunto de tamanha importância para a Cidade.

Há uma discussão muito grande na cidade de Porto Alegre. Vou mostrar um exemplo de uma de nossas prestadoras - que está aqui presente - em um projeto para melhorar a qualidade do serviço em Porto Alegre.

Este é um mapa real da área Parcão, no bairro Moinho de Ventos, onde a empresa detectou a necessidade de colocar cinco novas estações que iriam cobrir estas áreas que estão aqui.

Contratamos, há algum tempo, uma consultoria renomada para que ela fizesse o levantamento de toda a área geográfica da cidade de Porto Alegre comparando com as restrições existentes lá. A cidade de Porto Alegre tem restrições muito rígidas.

Temos cidades em que os sinais são proibidos em teatros, em jardim zoológico, creches, escolas, clínicas de shiatsu, clínica dentária, asilos, parques e etc. Porto Alegre tem



um conjunto dessas restrições.

Se mantivermos no mesmo local as áreas onde há restrições em Porto Alegre, significa que de cinco antenas, Estações Rádio Bases necessárias a serem colocadas em Porto Alegre, quatro delas não poderão ser atendidas porque estão contrariando a legislação local por diversas razões. Apenas uma poderá ser colocada.

Não descumprindo a lei, estes pontos terão dificuldades de uso em determinado momento. Não necessariamente o dia inteiro, mas se há necessidade de ampliar é porque ninguém está querendo gastar no caso cinco vezes 400 mil reais, dois milhões de reais apenas para querer perturbar a cidade.

Por que precisamos instalar tantas antenas? A Itália que é talvez do tamanho do estado de Pernambuco tem aproximadamente o mesmo número de antenas que o Brasil tem. O Brasil – do tamanho que é – tem a mesma quantidade de antenas da Itália.

Os senhores sabem das dificuldades de qualidade que temos em determinadas regiões. Só tem uma forma conhecida no mundo de prestar serviço celular: através de antenas. Só há uma forma de prestar o serviço celular com o crescimento da demanda: colocando mais antenas.

Onde está a má notícia? Para nós, porque temos de colocar cada vez mais recursos para antenas, temos de trabalhar com o Município, com a legislação. É complexo. Qual a boa notícia disso? Essas antenas são cada vez mais baixas e menores, gastam menos potência, então, elas ofendem menos o meio ambiente e o patrimônio existente e é importante que seja feito isso.

Os celulares crescem muito, principalmente os *smartphones*. Aquele exemplo que dei no qual uma ligação de voz ocupa um pedacinho deste aqui, o exemplo ali está dizendo que uma pessoa que posta uma fotografia ocupa este espaço como se 20 pessoas estivessem falando, dependendo do tamanho.

O que acontece em um campo de futebol, hoje, em um evento, em uma

manifestação pública, o que acontece o dia inteiro na Cidade? Eu tirei fotografias aqui hoje e enviei aos filhos e a minha esposa mostrando onde eu iria falar e consumi alguma coisa ali. Se muita gente fizer isso simultaneamente, a empresa vai detectar que aquela Estação Rádio Base está crescendo o seu uso. Dispara-se um projeto de engenharia e este conclui que aquela estação tem de diminuir de altura e colocar uma aqui, outra ali e outra lá. O pessoal vai atrás disso. Quanto tempo demora? Muito.

O que acontece conosco? Um *smartphone* ativado por dia e um maluco colocando fotografia. A gente faz isso o dia inteiro e consumimos 20 chamadas de voz em cada fotografia. Tem de se colocar muita infraestrutura nesta Cidade.

Cada antena possui uma capacidade limitada e precisamos colocar mais antenas e aumentar a colocação de pequenas antenas.

Eu já comentei sobre saúde, mas não sou médico e não vale. Mas a Organização Mundial de Saúde já disse que não há nenhum conhecimento sobre isso. Muitas vezes as pessoas falam de câncer em cérebro. Por que falam de câncer em cérebro? Porque ninguém está falando da antena, mas do aparelho que fica pendurado no ouvido da gente. Então, o problema não é a antena, é o aparelho. Se causar câncer no cérebro, é o aparelho. Não conhecemos onde as pessoas estão internadas e nem a Organização Mundial de Saúde diz.

A Organização Mundial de Saúde, em Genebra, coloca no alto do seu prédio, em vários pontos, antenas. A Organização Mundial de Saúde, em Washington, coloca as antenas também.

Eu tenho duas netas e quando elas nasceram, a primeira coisa foi chegar perto delas, tirar uma fotografia e mandar aos parentes que estão distantes. Ninguém está preocupado com a saúde da criança naquele momento porque ninguém tem essa preocupação. Ninguém está preocupado em que o doente no hospital possa ter um problema com a Estação Rádio Base que está perto. Nós queremos é ligar para o médico.

Ontem, a menina que faz as minhas apresentações saiu mais cedo porque ligaram

da escola porque o filho estava com dor de ouvido. Ela precisa que alguém tenha a capacidade de fazer isso. Todos querem isso.

O instituto ligado à Organização Mundial de Saúde foi além e disse que além de não causar câncer, o uso do celular está na mesma categoria de quem bebe cafezinho e usa talco e dá uma péssima notícia – especialmente para mim porque sou o mais careca daqui – o risco é maior para quem toma sol.

Todo mundo sabe que eu tenho de ter uma preocupação muito maior com o sol do que com o telefone celular. Graças a Deus porque eu vivo disto aqui. A Anatel disponibiliza no *site* dela todas as informações sobre a potência. Peçam para que façam a medida de potência do celular e a potência de serviço de *wi-fi* da Prefeitura. Com certeza a potência do *wi-fi* será maior do que a potência do celular e eles são primos, as frequências são chamadas não ionizantes.

Chegamos ao trabalho extraordinário que está sendo feito com o PL 751/13. A vontade de fazer uma mudança para que possamos atender as necessidades de conectividade da população, atender aquilo que a Cidade precisa manter e que possamos zelar por elas e as necessidades das empresas de cumprirem as suas metas de qualidade.

Por que é importante a aprovação desse PL? Com o crescimento rápido e as pessoas querendo tanto o serviço, as iniciativas vão agilizar o licenciamento, a instalação, o compartilhamento que são fundamentais para atender essa demanda da sociedade. Precisamos atender essa demanda porque temos a obrigação de dar um serviço de qualidade através do que a Anatel exige assim como as pessoas.

Hoje o processo de licenciamento é moroso. Não é só na cidade de São Paulo, é em média no Brasil todo. Estamos trabalhando e muitos locais já conseguiram alterar como já falei em Curitiba, Brasília, cidades grandes além de pequenas.

O artigo 3º vai nos ajudar muito nisso. As ERBs móveis e instalações internas serão dispensadas do licenciamento. É natural, a própria Anatel está liberando, cada vez mais

antenas. Teve até uma dúvida se deixavam as antenas para serem feitas pelos próprios clientes.

Como podemos raciocinar com isso? Alguém que for a uma loja de produtos eletrônicos – em qualquer lugar no entorno de São Paulo – pode comprar uma caixinha do tamanho dessa, com equipamento de *wi-fi*, chegar em casa e ligar.

Dentro da caixinha, vocês verão um selinho da Anatel que diz: “emite frequências de tal potência, com tais características”, mas, vejam, pode ser colocado em casa, em qualquer lugar. Isso não faz mal nenhum e qualquer pessoa faz isso.

As novas antenas, como essas aqui, já estão sendo licenciadas para as empresas de telecomunicações, parecidas com as licenças de *wi-fi*. Daqui a pouco, elas nem vão precisar de autorização da Anatel para serem utilizadas. Como é atualmente: ninguém precisa de autorização para colocar antena de *wi-fi* em nenhum ponto da Cidade, dentro de casa.

Além disso, o Artigo 4º vai nos ajudar também. Ele dispõe sobre estações radio base externas, que não dependem de construções de novas estruturas. Elas já estão ali, precisariam ser dispensadas de licenciamento, como acontece em semelhança em outras cidades.

E o Artigo 5º, desde que não causem impactos visuais, são dispensados os licenciamentos as mini ERBs, como essas aqui por exemplo. Difícil achar que causem impacto em algum ponto. Na verdade, trazem uma vantagem muito grande. O que precisa trocar é a pilha.

Ainda há algo extraordinário, que é o tempo. O tempo para nós é como diz o ditado ‘tempo é dinheiro’. Imaginem os senhores: o sistema celular é um pudim. Se essa área aqui fosse a cidade de São Paulo e se todos estivessem sentado lá, utilizando o aparelho, haveria ali um tráfego de celular. Mas, se meia hora depois, saíssem para tomar um café e sentassem nesse outro lugar, o tráfego sumiria de um e iria para o outro. Daí se construiria outra coisa lá, ou seja, tirava a cadeira de um para o outro. Quer dizer, se faria muitas coisas iguais, enfim, a

Cidade é um ser vivo que se modifica e cresce.

O que temos de fazer? Monitorar, através dos equipamentos, o consumo de banda, o consumo de capacidade de cada uma das estações radio base automaticamente. E, automaticamente, sabemos o que tem de ir para lá ou para cá. O que fazemos fazer? Azar. Sentou todo mundo ali, coloca a estação ali. Ah, mas foram para lá, de tarde, leva para lá a estação. E o pessoal reclama: “Mas vai dar muito trabalho”. Daí é outro problema. Nós temos de fazer.

Por isso, o tempo, para nós, é fundamental. Quando se detecta que ali está dando um determinado problema e começa a crescer o tráfego naquela região, se tivermos meses para conseguir resolver aquilo – seja por qual motivo for – ferrou. Ali vai dar problema de qualidade.

Continuemos. Conseguimos colocar ali, mas o anterior está com problema de qualidade. Então estamos sempre correndo atrás da qualidade necessária e precisa.

Muitas vezes nem precisamos aumentar a quantidade de estações, mas apenas colocar de um lugar e colocar em outro e vice-versa. Claro que o tráfego está crescendo tanto que temos de colocar muito mais. Mas capacidade financeira e vontade temos bastante.

Outra questão é a respeito das licenças. Ter um conjunto grande de licenças leva tempo, obviamente. E a simplificação do processo, no Artigo 7º é muito bem vinda.

Essa simplificação tem de dar o conforto aos órgãos – óbvio – mas também fornece uma velocidade de implantação. E velocidade não necessariamente significa a perda da qualidade de um determinado processo. Nem pode perder, de forma alguma.

A restrição em escolas, asilos e outros, devido a radiações eletromagnéticas se reme a uma lei federal que existe desde 2009. E a lei federal brasileira é mais restritiva do que aquilo que a Organização Mundial de Saúde colocou. Fiquemos tranquilos, não tem problema. Quem quiser olhar, fique à vontade. A lei diz que você pode emitir dez. E, ao olhar o site da Anatel, com as medidas que ela faz nas empresas, dá para ver que não tem nada, nem de dez,

é tudo na ordem de um. É dez vezes menos, pois já têm muitas.

E cada vez que tiver mais – como já falei – a área geográfica diminui e a potência da antena vai diminuir, cada vez mais também.

Então quem está preocupado com potência, não impeça nem crie restrições de distância entre antenas. Vejam: para cobrir essa distância toda, tem de aumentar a potência das contas. É pior.

O ideal é: acabar com a antena grande, põe uma menor e diminui-se o espaço entre elas. Qual o trabalho que dá? Mais licenças. Mais trabalhos a serem feitos. Claro. Para nós, uma antena pendurada, espetada, é um e quatrocentos mil reais. Tem de colocar as menorzinhas? É mais dinheiro. Mas tem de ser assim.

Seria um espetáculo se a Prefeitura, em conjunto com as Secretarias, conseguissem avançar no que está sendo feito. A modernidade dessa legislação mostrada aos senhores, respeitando-se a Cidade será um espetáculo.

Tivemos, no dia de ontem, duas alegrias. A primeira alegria foi quando o Melo, aqui reunido com a assessoria do Vereador José Américo, nos ligou dizendo: “Notícias boas. Estamos discutindo com a assessoria toda e algumas questões colocadas fizeram sentido”; então, o próprio Vereador e sua equipe estão dispostos a dar uma olhada nas sugestões que demos. E a segunda alegria, foi quando, ao dormir, soube que o Flamengo ganhou e foi campeão.

Alguns pontos colocados ontem na discussão a respeito de classificação de Estação Radio Base. Existem pontos na Cidade e as grandes cidades têm, muitas vezes, habitantes em situações não regulares, como gostaríamos. Existe, e como! Mas não vamos fazer da implantação das antenas a restrição para essas pessoas. Vamos encontrar outra forma.

Mas, por uma questão de licenciamento, como aquelas regiões e, principalmente, áreas mais carentes, da periferia, como têm, proporcionalmente, maior dificuldade em relação

ao uso do solo, não podemos implantar antenas naquelas regiões. E precisaríamos implantá-las, pois a população precisa, estão morando ali. Precisam talvez até mais do que os outros para uma emergência, por exemplo.

É importante tratar desse aspecto no que tange ao zoneamento urbano etc.

Também é importante entender que estamos colocando pequenas antenas. Não estamos construindo prédios. Não estamos fazendo mais edificações, nem prédios. Estamos colocando pequenos prédios.

O Rio de Janeiro tinha uma legislação, no passado, na qual a implantação dessa antena seguia os mesmos parâmetros de instalação de uma subestação de energia elétrica de 1,2 m<sup>2</sup> no Município. As regras eram as mesmas. Se formos montar, hoje, uma subestação de energia elétrica utilizaremos, provavelmente, a mesma área que se utilizava há 20 anos.

Tínhamos, à época, aquelas enormes antenas. Não há mais hipótese de acontecer isso. A nossa tecnologia evoluiu muito com o tempo. Obviamente, nem toda legislação conseguiu ter essa evolução. E é natural que não. Mas também não é natural ter as mesmas exigências para uma área física de 1,2 m<sup>2</sup> para algo que, muitas vezes, fica preso a uma fachada e é algo muito simples.

Podemos encontrar soluções junto à Prefeitura e, principalmente, juntos aos legisladores no sentido de dar o serviço sem estar impactando em nada as preocupações mais do que justas em cidades do tamanho e do porte de São Paulo.

Os documentos necessários estamos discutindo e apresentando. Entendemos até que devemos continuar operando o serviço e não desligá-lo enquanto resolvemos alguma questão de alvará etc., ou seja, resolvendo alguma questão referente à forma.

Do que eu tinha de falar sobre a preocupação que temos sobre o serviço e tentar mostrar a importância das Estações de Radio Base, devo destacar que a prestação desse serviço só é boa se tiver muita infraestrutura. E a infraestrutura que temos é a antena, não temos outra coisa diferente de antena.

Por que os serviços de telecomunicação são tão importantes para o País é óbvio, todo mundo sabe, mas mostrando muito rapidamente para os senhores, devo dizer que cada vez que a banda larga cresce dez pontos percentuais da penetração do serviço, ela aumenta o PIB daquele local em 1.2 percentuais.

Entendemos – e vou repetir o que tenho dito em muitas audiências das quais tenho participado – que seja um paradoxo nós solicitarmos, principalmente a localidades pequenas, que têm tão pouco serviço, uma vontade daquele local de atrair e nos exigir a colocação de mais infraestrutura para fornecer um serviço de maior qualidade.

Se todos querem um serviço de maior qualidade – e com certeza querem – o que é preciso é exigir de nós mais infraestrutura. E a única de prestarmos um serviço celular, banda larga móvel, de qualidade, é com mais infraestrutura, ou seja, com mais antenas. E a colocação disso melhora o padrão de vida daqueles que estão ali. E, por consequência, melhora o PIB daquela região.

Entendemos ainda que somos essenciais, pois ninguém vive sem telecomunicações. Somos singulares por sermos únicos. Mais do que isso, para uma cidade como São Paulo somos estruturantes. A melhoria da infraestrutura de telecomunicações reduz o deslocamento das pessoas. Não há lugar mais do que São Paulo e Rio, no Brasil, que precisam dessa redução e também de melhoras na mobilidade. A telecomunicação é uma grande aliada para isso. Basta ver as transações bancárias que são feitas hoje.

Então auxiliamos o Estado no sentido de reduzir a necessidade da sua infraestrutura, principalmente, quanto à mobilidade.

Assim, senhores, nos apoiem. Nos apoiem no sentido de fazermos mais investimentos nessa cidade em telecomunicações, pois são necessárias. Nos apoiem fazendo algo nesse projeto que traga uma melhoria de qualidade para a população em termos de telecomunicações, sem desrespeitar o que é caro para a Cidade, ou seja, seus aspectos urbanísticos, históricos etc.



Podem contar conosco. Podem contar com o setor. Mostrei aos senhores o esforço que estamos fazendo no sentido de não ofender a Cidade com os novos equipamentos que estamos trazendo. E, além disso, estamos trazendo informações sobre o que existe em outros países, nas cidades tão importantes quanto São Paulo.

Os dois trabalhos podem ficar à disposição dos senhores. O grupo de telecomunicações está aqui com todas as suas empresas. E eu também fico à disposição.

Agradeço muito a paciência e o tempo dos senhores. Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – Muito obrigada. Gostaria também de ouvir os técnicos da Prefeitura. Quem gostaria de falar? Maria Lúcia? Laércio? (Pausa)

**A SRA.** \_\_\_\_\_ - Posso falar rapidamente. A Secretaria de Licenciamento foi criada esse ano, através da Lei 15.764. Uma das premissas da criação da Secretaria de Licenciamento foi exatamente a de diminuir o prazo dos licenciamentos. Diminuir, organizar, dar maior transparência e, nesse processo, está incluso o fato de rever algumas legislações.

Conforme o colega expôs, a questão das antenas que hoje são classificadas como NR-3 possui legislação própria. Nessa legislação, pressupõe-se algumas restrições técnicas urbanísticas.

O que eu gostaria de comentar é que na nossa Secretaria existe um grupo que está fazendo um estudo de revisão dessa legislação. Entendemos, sim, que ela necessita de algumas alterações.

E, como premissa, temos estudado que a antena é um equipamento e precisa ter, sim, um licenciamento. Esse licenciamento também pressupõe uma periodicidade para serem verificadas suas instalações através de profissionais habilitados.

Dentro dessa questão, também entendemos que as antenas devem ser estender em várias partes da cidade, e que não deve haver restrição urbanística. Hoje em existem dois artigos: um é prevê que, em vias locais, não podem ser instaladas as antenas em zonas

mistas, os NR3. E na maioria da cidade, na perifeira da cidade, as vias são locais.

Outra restrição diz respeito aos gabaritos. E nesse ponto entendemos que as antenas mais altas têm que ter um licenciamento também, uma anuência do COMAR, tanto quanto existem as restrições dos planos regionais estratégicos – cada subprefeitura estabeleceu um gabarito na sua região. São questões que devem ser observadas.

Outra questão a ser observada é com relação a imóveis tombados – a própria legislação geral de tombamento ou de empreendimentos que estão em estudo em áreas de tombamento –, onde deve ser observada a anuência do órgão de preservação, seja a nível estadual, federal ou municipal.

Ainda são estudos que a Secretaria está fazendo. No começo do ano, o Prefeito instituiu uma portaria e criou um grupo de trabalho para trabalhar especificamente nisso. Essa portaria é a 83, de 5 de março de 2013, que instituiu esse grupo de trabalho, cuja coordenação ficou para a Secretaria de Governo. E esse grupo teve também a participação da nossa Secretaria.

Outra questão que entendemos é que o licenciamento tem que ter a comprovação de atendimento aos índices de radiação estabelecidos pela resolução da Anatel. É uma das questões que colocamos.

**O SR. LAÉRCIO VEZZU FRANÇA** – Meu nome é Laércio; trabalho no Segur-1.

Atualmente as antenas estão com os processos em andamento, e a grande maioria está instalada em torres enormes. Os processos em andamento, em sua grande maioria, tem uma propositura de regularizar os que estão instalados em torres, que não tem nada a ver com o novo equipamento que está sendo proposto. Então, com esse novo equipamento, existe realmente uma diferença entre o que existe hoje e o futuro-presente. Basicamente seria isso.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Sr. Laércio, vou começar pelo senhor. Trouxe um exemplo, até porque é o que cabia na minha mochila.

Esse é um equipamento usado dentro dos ambientes, e ele é emblemático,

comparando com os equipamentos existentes de wifi. Temos antenas de todos os tipos, tamanhos, etc. Assim como vamos ter que continuar em rodovias, em determinadas áreas, a colocar antenas em torres altas. Não estou dizendo que seja o caso do que está em licenciamento – não necessariamente –, mas vamos continuar, como em todos os países em que existe.

Em relação à questão da dona Lúcia, eu queria mostrar a ela exemplos. Um deles é um prédio. Olhamos a distância existente entre calçadas e, dependendo da altura do prédio, como que a torre pode ficar, para que mesmo aqueles que estejam do lado oposto daquele prédio não vejam a antena. Então a preocupação está até nisso. Quer dizer, é um compromisso entre largura de rua com altura de prédio e a colocação da antena, para que aquele que esteja embaixo não enxergue a antena. Então todo o trabalho foi feito assim. E leva em consideração, na questão histórica, a Torre Eiffel, que tem antenas. Temos tirar as fotografias com muito cuidado para ver onde estão as antenas, mas elas estão lá escondidas. Nova Iorque tem muitas antenas na Broadway que são pintadas da cor do prédio. O COMAR, a Aeronáutica, ainda não evoluiu, na nossa visão, no sentido de não precisar pintar de laranja e branco as coisas; deveriam ser pintadas o mais discretas possíveis, para até sumir dentro da área verde, etc.

Em relação ao que a senhora comentou sobre o licenciamento, porque há emissão de frequência: entrei, enquanto a senhora estava falando, com o meu celular, e captei uma rede wifi da Câmara WIFI Guest, Câmara wifi GV; Câmara wifi Vereadores; CMSP, que deve ser Câmara Municipal de São Paulo; CMSP Ato 1152; gabinete de um determinado vereador. São um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete pontos de emissão eletromagnética neste local sem nenhuma licença. Esses equipamentos podem ser comprados numa loja da esquina e colocados aqui dentro. O que o engenheiro de telecomunicações ou elétrico diz? Eles usam frequências muito próximas, podendo, muitas vezes, causar interferências. Esses equipamentos têm uma potência tão baixa que não precisam de nenhum licenciamento, porque

são vendidos no mercado, mas precisam ser especificados e certificados pela Anatel – recebem um selo. E durante a vida útil eles nunca são fiscalizados. A Anatel faz a fiscalização nas estações das antenas. O Brasil paga, por ano, 13 reais e alguns centavos por cada aparelho celular habilitado – 270 milhões vezes 13 reais é o que as empresas pagam a título de Fistel, que a taxa de fiscalização das estações móveis. Nunca ninguém viu uma blitz na rua para fazer a fiscalização disso aqui. Isso aqui emite frequência, fica colado no ouvido. E tem uma garantia de fábrica que mantém aquela característica, e não mais é preciso fazer a inspeção. De forma alguma eu estaria dizendo que isso aqui é uma festa e que se pode fazer qualquer coisa. De forma alguma. O próprio trabalho feito, mostrado em Paris, mostra que na área de zoneamento histórico de Paris o processo é lento, cuidado, e precisa ser assim. Por outro lado, tem áreas em Paris consideradas de baixo impacto, e que não precisa de licença alguma. Basta negociar o terreno, colocar a antena, que já fica funcionando. Mas aquelas áreas em Paris que nós, turistas, vamos, precisam de um trabalho.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – Tem a palavra o Sr. Robinson Sakiyama Barreirinhas, Secretário-Adjunto de Negócios Jurídicos da Prefeitura Municipal de São Paulo.

**O SR. ROBINSON SAKIYAMA BARREIRINHAS** – Obrigado, Vereadora Sandra Tadeu, conhecida pela preocupação com o meio ambiente urbano. E é isso que atrai a competência desta Câmara para regular a matéria. Saúdo também o Vereador Américo na pessoa do seu Chefe de Gabinete, o Sr. Eduardo Levy, que trouxe importantes informações aos colegas da Secretaria de Licenciamento, e os Srs. e as Sras. que participam desta audiência pública.

A Secretaria agradece o convite, e entende, pela constitucionalidade da propositura, pela competência da Câmara dos Vereadores em regular essa matéria. E se virmos a legislação atual, que sem dúvida merece modernização, todos devem concordar com isso, perceberão que ela trata de três aspectos do meio ambiente urbano, do interesse local do município.

Um deles é a própria ocupação da Cidade, a preocupação com a poluição visual.

Essa é uma preocupação que tende a se reduzir com o tempo em razão da redução do tamanho dos equipamentos, embora ainda exista, principalmente em relação aos equipamentos mais antigos.

E os outros dois aspectos na legislação são mais controversas.

Uma em relação à saúde, cuja legislação atual tem regramentos em relação a distância, proibições de instalação em prédios escolares, hospitais. E também uma preocupação em relação à segurança: uma proibição, por exemplo, de instalação em postos de gasolina.

Em relação ao primeiro aspecto não há controvérsia maior em relação à poluição visual causada, principalmente pelos equipamentos antigos.

Esses dois outros aspectos realmente são muito controversos, e por isso eu acho que é bastante importante esse debate, como as audiências públicas providas pela Câmara. E nós, no Executivo, estamos muito abertos para esse debate, para que possamos aprender e, assim, bem regular a matéria.

Ao concluir, gostaria de dizer apenas isso: entendemos pela constitucionalidade da proposta. Saudamos o debate aqui na Câmara de Vereadores e nos colocamos à disposição para o debate.

Em relação ao mérito da proposta, entendemos que o mais importante nesse momento é colher subsídios, informação, para que o Legislativo e o Executivo possam tomar uma boa decisão em relação à matéria.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – Alguém gostaria de fazer alguma pergunta, algum questionamento?

**O SR. ENILSON** – Meu nome é Enilson, da Vivo.

Primeiramente, gostaria de agradecer a iniciativa da Câmara dos Vereadores, do Vereador José Américo. É um tema de extrema relevância. Somos representados pelo Sr.

Eduardo Levy, o Diretor-Geral do nosso sindicato, que representa todas as empresas. E, sem dúvida, o que ele coloca representa o pensamento desse setor.

Estava ouvindo a Dra. Maria Lúcia sobre a análise e a portaria do dia 5 de março que instituiu um grupo de trabalho. E a gente, do setor, vê com muita ansiedade o resultado desse grupo de trabalho, porque estamos há mais de 9 meses após a instalação do grupo, e, de fato, não conseguimos ainda ver alguma coisa, um resultado ou algum encaminhamento. E essa ansiedade existe porque, como o Sr. Eduardo Levy apontou, temos um grande compromisso com a qualidade. Somos muito cobrados pelo órgãos de Defesa do Consumidor pela qualidade do serviço prestado. E a qualidade só existe com infraestrutura. Então aqui vai a primeira pergunta.

Qual a expectativa em relação aos trabalhos desse grupo de trabalho instituído por essa portaria?

Temos uma Copa do Mundo ano que vem, grandes eventos, pessoas vindo para o Brasil com quarta (?) geração, pessoas trazendo equipamentos. Vão ter milhares de pessoas. E temos a necessidade urgente de melhorarmos a infraestrutura. Temos os recursos, temos o conhecimento técnico, sabemos que isso gera emprego para a cidade de São Paulo, sabemos que isso vem ao encontro da ansiedade dos consumidores, sabemos que existem estudos que garantem que os impactos, hoje, já estão muito mais mapeados, e sabemos quais são. Então a pergunta é no sentido de saber como podemos resolver essa equação. Acreditamos muito e esperamos muito que essa legislação evolua rapidamente nesta Casa, e, evidentemente, com a contribuição do Executivo, que em algum momento vai ter que contribuir, colocar as condições de contorno. Mas se não tivermos uma legislação aprovada até março do ano que vem, vamos ter um problema muito grande para atender os grandes eventos que vão acontecer aqui. Já estamos tendo esses problemas de qualidade. Somos provocados pelos órgãos de defesa do consumidor. E, se de um lado, a Procuradoria de Defesa do Consumidor nos cobra melhoria de qualidade, de outro nós vemos a outra procuradoria nos impedindo de instalar antena. Então vivemos uma dicotomia eterna aqui na cidade. Então esse é um apelo que eu trago em nome da Vivo. É uma empresa que tem um grande *market share*, uma grande preocupação com a qualidade em São Paulo e por isso deseja ver essa legislação aprovada o quanto antes. Isso vai gerar emprego, PIB, qualidade de serviço, e vai ser uma grande contribuição que o legislativo vai dar para a cidade de São Paulo. Queria deixar registrado esse questionamento.

Sobre a questão dos ambientes históricos foi dado o exemplo aqui da Itália. Se não pudesse instalar em ambiente histórico a primeira antena instalada na Europa talvez estivesse na África. E as sociedades já resolveram isso. Precisamos de agilidade. Não podemos entrar com uma licença e esperar seis, sete ou oito meses para ter uma negativa. Precisamos da compreensão do Executivo e do Legislativo para termos uma legislação moderna que permita a evolução dessas questões.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – Mais algum questionamento?

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Não é questionamento. Trabalho com o Levi nessa área e há algumas coisas que estamos trabalhando como sugestões e esclarecendo algumas coisas. A licença do Comar é necessária só para o cone de aproximação e temos os pedidos aqui. Fora do cone de aproximação, o Comar leva um ou dois anos para aprovar e é necessário só no cone de aproximação. Temos de apresentar no pedido de licenciamento da antena um laudo radiométrico teórico para a Anatel, e só é concedida essa licença se estiver de acordo com os limites de radiação não ionizante.

E temos também - respondendo sua dúvida - documentos da Anatel informando, em relação ao decreto do Rio de Janeiro, que estabelece as licenças de distanciamento de 50 metros de escolas e a própria Anatel afirma nesse documento que não é necessário isso. Esse documento foi enviado para a Secretaria de Urbanismo do Rio de Janeiro e eles estão alterando a legislação nesse sentido.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – Foi montado um grupo de estudos e quero saber quando teremos uma resposta, porque a partir do momento que o projeto entrou na Casa ele vai tramitar rápido. E é uma coisa realmente necessária, vem a Copa do Mundo e no nosso país tudo é muito moroso, muito demorado. Então está na hora de começarmos a agilizar para que as coisas aconteçam.

Pergunto se o estudo está numa fase final e se você já teve a oportunidade de ler o projeto. Quero saber o que é e o que não é positivo, o que deve ser reformulado, porque ainda temos a chance de fazer um substitutivo.

Tem a palavra o Sr. Luiz.

**O SR. LUIZ** – Aproveitando que o pessoal da Secretaria está aqui, normalmente o Legislativo é mais lento que o Executivo, a prática é essa. Nesse projeto de lei vamos ser bastante rápidos e dentro da pergunta que a Vereadora fez, acho que o momento é exatamente esse, vocês trazerem contribuições para o projeto ou através do Executivo mandar um projeto e emendarmos, para que junto com as informações do grupo de estudos possamos modernizar mais ainda o projeto de lei.

Acho que o momento é exatamente esse e a ideia é construir em conjunto. Na sociedade moderna as tecnologias vão lá à frente e a lei vem depois. Normalmente é assim. Por isso, a ideia dessa audiência pública para trazer esse debate para a Câmara, para ouvirmos todos e fazermos um projeto de lei moderno. Precisamos aproveitar a capacidade de conhecimento técnico jurídico que a Secretaria tem e reforçar o projeto de lei. Peço isso para a Secretaria.

**A SRA.** \_\_\_\_\_ - Vou levar essa reivindicação para a minha Secretaria. Não sou a titular e não posso falar de prazo, mas o nosso estudo está bastante avançado. O que posso dizer é que existe essa portaria e a coordenação do grupo de trabalho não é da nossa Secretaria, mas da Secretaria de Governo. Eu faço parte também do Cades e lá também estava trabalhando alguma coisa com relação a esse tema.

Então são várias coisas acontecendo ao mesmo tempo até por conta da Copa. Vou levar essa reivindicação para ver como podemos trabalhar em conjunto fazendo as contribuições necessárias.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – Mais audiências públicas e queremos ter



esse retorno, essas respostas, porque o Vereador José Américo está preparando um novo substitutivo. Peço ao Levi para que possa deixar esses estudos na Comissão para que outros Vereadores que estejam interessados possam ler.

**O SR. LEVI** – Com certeza.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – Outra pergunta: há um limite de quantidade para essas antenas?

**O SR. LEVI** – Aqui dentro – pescando no meu celular – vi oito redes diferentes. Vamos ter no futuro em cada prédio provavelmente uma antena por andar, na medida em que for ampliando a quantidade temos de ter regiões cada vez menores, porque senão há interferência.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – Mas será que esse excesso de antenas não poderá ocasionar um colapso? Por exemplo, na questão da Saúde não se tem um estudo científico, ouvimos falar, há alguns artigos, mas não sabemos sobre o próprio celular. Efetivamente não há estudos específicos sobre o uso excessivo de celulares, e sempre há essa frequência. Aumentando o número a potência dessa antena tem uma radiação menor ou é como as outras grandes?

**O SR. LEVI** – A primeira relação fácil para um leigo é: o tamanho implica em potência. Muito grande a potência é maior, muito pequena a potência é menor, o consumo de energia é menor, etc. A questão é que o mundo inteiro tem celular de montão e nós não somos um país como a Itália que tem uma profusão de antenas como há nesses outros países. As frequências são divididas em dois ramos: frequência que faz mal e frequência que não faz mal. Por exemplo, frequência que faz mal é o raio-X, quando vamos tirar radiografia no dentista, ele se esconde atrás de uma parede. Essa faz mal e não devemos acumular. As outras não fazem. Estamos com a televisão, desde a década de 60, no mundo inteiro emitindo nas mesmas frequências um milhão de vezes mais fortes e a Organização Mundial de Saúde que é o organismo que seguimos diz que não há comprovação.

Posso encaminhar para a senhora um estudo feito na Dinamarca durante 10 anos, publicado num jornal de medicina muito respeitado – não lembro o nome -, com pessoas que tinham celulares e pessoas que não tinham. Chegaram à conclusão que não havia nenhuma correlação no câncer de cérebro daqueles dois grupos em função do uso ou não do celular. É um experimento feito durante dez anos nesse sentido. Agora, se o mundo descobrir alguma coisa vai ter de parar de usar celulares ou que for.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – Só mais uma pergunta para encerrar. Há ideia de quantas rádios bases vamos ter na cidade de São Paulo para que tenhamos essa agilidade?

**O SR. LEVI** – Não sei lhe dizer de cabeça, mas é fácil fazer a conta e lhe mandar dizendo: São Paulo tem hoje tantos mil e precisaria de mais tantos mil.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – A conta será feita pela população ou pelo número de celulares, porque cada um às vezes tem três?

**O SR. LEVI** – Nem uma coisa nem outra. O que nos dá o parâmetro é sempre o uso. Se houver um lugar que estiver só postando fotografias equivale a 20 pessoas falando. Como cada vez mais irão postar fotografias mais infraestrutura vai precisar. Não tem jeito, São Paulo terá um crescimento todos os anos de 5 a 10% de antenas.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – Quantas rádios bases temos hoje em São Paulo?

**O SR. LEVI** – Em torno de três mil. No ano que vem vamos precisar de três mil e trezentas, depois três mil e seiscentas e assim sucessivamente. E cada vez menores e mais baixas.

Quero fazer um comentário se me permite, Vereadora Sandra, quando se falou em Segurança, a Cidade tem muitos transformadores de energia elétrica. E o transformador de energia elétrica gera calor, aqueles arcos que ficam no transformador tem um óleo que ali circula para refrigerar. É um óleo quente e o que chega ali é uma tensão alta que pode matar.

Gostaríamos de ter as mesmas restrições das empresas de energia elétrica e implantar transformadores na Cidade.

Boa parte do óleo que ainda existe nos transformadores antigos é o ascarél que é cancerígeno. E boa parte dos transformadores é colocada em qualquer poste da noite para o dia e sem nada. Eles têm a segurança de um transformador próximo, a não ser o aspecto mecânico de cair o poste, mas fora isso há o aspecto do risco à saúde. Também o transformador gera ruído pelo efeito corona, é um zumbido que incomoda e pode matar uma pessoa pela tensão que entra ali. O combustível que está ali dentro é quente e pega fogo. E as restrições de se implantar um transformador numa Cidade como São Paulo são mínimas.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – O senhor tem toda a razão. Eu moro no Paraíso, o emaranhado de fios que estão lá enrolados nos postes tortos, os caras vão fazendo do jeito que querem, podam as árvores como querem, não seguem as normas. Na verdade a lei neste país é para um e não é para outros. Então fica – desculpe a palavra – aquela muvuca.

O senhor quer falar?

**O SR. LUIZ DE MELO** - Só para tirar uma dúvida da senhora, porque sou a pessoa que cuida desse tema no SindiTeleBrasil, Luiz de Melo. Temos estudos da Organização Mundial de Saúde comprovando, já gastaram mais de 250 milhões de dólares. Qualquer pessoa pode entrar no site da Organização Mundial de Saúde e verá esses programas. Nós acompanhamos todos os estudos que estão sendo feitos. Sempre estão sendo feitos novos estudos, hoje há um estudo pegando 200 mil pessoas que nasceram agora e vão ser acompanhadas durante toda a vida verificando a quantidade de uso de telefone para verificar os possíveis efeitos na saúde. Então a coisa não está ao léu. Está sendo monitorada porque temos mais de 5 bilhões de telefones.

Agora, sobre a atual tecnologia os estudos comprovaram que não existe nenhuma relação entre o uso do celular e do próprio telefone, porque são feitos muito mais estudos em

relação ao telefone do que à estação rádio base, porque as medições das estações rádio base são milhares de vezes menores do que o valor estipulado pela Organização Mundial de Saúde. Então tudo isso leva a população e todo mundo que estuda a essa afirmação que foi posta pela Levi na apresentação.

**A SRA. PRESIDENTE (Sandra Tadeu)** – Nada mais havendo a ser tratado agradeço a presença de todos e encerro esta audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

